



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

POLÍTICAS DE COMBATE A FOME: A AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA VIDA

MARIA EDUARDA SANTOS SILVA¹

RESUMO:

O presente trabalho objetiva apresentar o potencial dos movimentos sociais populares no combate à fome no Brasil, considerando a sociabilidade imposta pelo modo de produção capitalista e as contradições das políticas públicas. Trata-se de um estudo exploratório com viés qualitativo de natureza teórica, baseado em revisão bibliográfica e dados secundários.

Palavras-chave: Fome. Políticas Públicas. Movimentos Sociais Populares.

ABSTRACT:

This work aims to present the potential of popular social movements in combating hunger in Brazil, considering the sociability imposed by the capitalist mode of production and the contradictions of public policies. It is an exploratory study with a qualitative theoretical nature, based on literature review and secondary data.

Keywords: Hunger. Public Policies. Popular Social Movements.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir de discussões e estudos que perpassam o processo de formação profissional. Para tratar da fome e dos movimentos sociais na sociedade brasileira faz-se necessário uma análise da realidade que inclua atenção às estruturas e dinâmicas da sociedade de classes. Com isso, a pesquisa recorre a Karl Marx e tem como base seu método crítico dialético, no qual, objetiva-se analisar o conteúdo do conhecimento acumulado a partir dos processos históricos reais enquanto torna esse conhecimento consciente em seus fundamentos, condicionamentos e limites (Netto, 2011).

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ademais, a produção desse artigo se realiza a partir de pesquisa exploratória, com viés qualitativo que se concretiza através de revisão bibliográfica, com fontes secundárias, sendo essa uma escolha de referências com o objetivo de amparar o estudo ao proporcionar enriquecimento teórico para a fundamentação das reflexões. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se destaca por permitir extensa abrangência dos fenômenos abordados, além de possibilitar uma argumentação fundamentada nos estudos de diferentes autores e diversas fontes.

Nesse sentido, a temática aqui abordada versa sobre a fome no Brasil enquanto problema indissociável do modo de produção capitalista (Netto, 2001) e revela o impacto causado pela ascensão de governos abertamente neoliberais no Brasil, momento histórico em que o capitalismo aprofunda sua desigualdade e a fome no país atinge níveis preocupantes, como evidenciado pelo retorno da nação ao Mapa da Fome em 2022. Com isso, partindo da compreensão de que o combate à fome no Brasil é uma pauta urgente, explora-se as potencialidades e limitações das políticas públicas voltadas para essa problemática e o posicionamento dos movimentos sociais populares no combate à fome e na defesa da vida, em todo território nacional.

Em suma, o artigo tem como objetivo analisar a persistência da fome no Brasil e apreender a atuação dos movimentos sociais populares no processo de erradicação desse fenômeno que atinge parte da população brasileira. Para isso, o trabalho se organiza em quatro partes, sendo o primeiro esta seção introdutória; seguida por um item que aborda a fome na sociedade brasileira a partir da questão social. Logo após, o trabalho apresenta um item que contextualiza o enfrentamento da fome na sociedade brasileira, sendo sucedido por uma outra parte que analisa os impactos da ação dos movimentos sociais populares nesse contexto e, por fim, apresenta as considerações finais.

2. A FOME NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A fome se apresenta para todos os seres vivos enquanto a necessidade de consumir elementos para a obtenção de nutrientes visando a manutenção de suas funções fisiológicas. Para os seres humanos, que se caracterizam por seu caráter biopsicossocial, a fome surge de modo diferenciado. De acordo com Netto e Braz (2007, p. 50) “Sem a satisfação da fome, ou seja: da necessidade natural de se alimentar, os homens e os animais não podem viver – mas o entendimento dessa necessidade, entre os homens, é rigorosamente social”. Desse modo, é perceptível que entre os seres humanos a fome apresenta nuances que implicam em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimentos sobre a sociedade em que vivemos para uma completa compreensão desse fenômeno.

Ademais, esse entendimento nos exhibe a fome humana enquanto um fenômeno que não deve ser combatido apenas a partir da obtenção de insumos alimentares que proporcionem vitaminas, proteínas e calorias. A fome também envolve determinantes sociais, e esse fato jamais pode ser esquecido, ou diminuído, durante a elaboração de estratégias para o combate desse problema. Para somar a essa compressão, Marx (1983) apresenta uma importante reflexão sobre os limites na comparação entre os seres humanos e demais seres vivos ao abordar a categoria trabalho:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito (Marx, 1983, p. 149-150, 153).

Assim como todo trabalho realizado pelo ser humano não ocorre de modo fortuito e guiado unicamente por questões evolutivas e extintivas, a satisfação das necessidades humanas, incluindo a necessidade de alimentar-se, ocorre mediante a inclusão de outras questões, (julgamentos de valores, preferências pessoais e diversidade cultural, por exemplo) as quais são também de ordem social. Sendo assim, a fome se apresenta para os seres humanos como um fato que existe na qualidade de expressão da questão social e que deve ser combatido considerando a dignidade e a diversidade humana enquanto valores inegociáveis.

Dessa forma, a fome está diretamente articulada à questão social e sua definição está em conformidade com o que é afirmado por Netto (2001) fundamentado em Karl Marx. Ou seja, considera-se a questão social como produto indissociável do modo de produção capitalista.

A análise do conjunto que Marx oferece n'O capital revela luminosamente, que a "questão social" está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da "questão social"; na sua integralidade, longe de qualquer uniausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc. Sem ferir de morte os dispositivos explorados do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos (Netto, 2001, p. 46).

Desse modo, as manifestações da questão social, se explicam a partir da organização do modo de produção capitalista, mais especificamente, a partir da propriedade privada dos meios de produção. Em qualquer sociedade, o modo com que se organiza a propriedade dos meios de produção irá apresentar consequências para as relações sociais estabelecidas. Para sociedades em que a propriedade dos meios de produção é coletiva as relações sociais se caracterizam pela concordância, ajuda mútua, equivalência, trabalho com produtos que são desfrutados coletivamente e ausência de exploração (Braz; Netto, 2007). Em divergência, sociedades em que a propriedade dos meios de produção é privada, sociedades capitalistas, as relações sociais se caracterizam pelo antagonismo, competitividade, desigualdade e exploração (*idem*).

Portanto, sendo a sociedade brasileira uma sociedade em que seus meios de produção se organizam em propriedade privada, ou seja, a sociedade brasileira é capitalista, e partindo do princípio de que toda sociedade capitalista apresenta como consequência intrínseca relações sociais de desigualdade, o Brasil é um país fundamentalmente desigual. Em consonância, a fome se apresenta como parte dessa desigualdade, compondo uma realidade aterradora para grande parte da população no Brasil.

Entretanto, apesar da fome ser ineliminável dentro de sociedades capitalista é imprescindível sinalizar que, para além do modo de produção de uma sociedade não apresentar caráter imutável e historicamente insuperável, a conjuntura política de um país aponta diferentes condições para a intensificação, ou redução, do cenário de fome. Para o Brasil, nos últimos anos, considerando os golpes e governos de extrema direita instaurados no país, a conjuntura aponta um caminho de intensificação nos índices de fome em todo o território nacional.

Apesar da Constituição de 1988 pontuar a alimentação enquanto um direito de todos em seu artigo 6º do capítulo II, dos direitos sociais, essa realidade não vem sendo concretizada, pelo contrário, a fome está cada vez mais recorrente entre os lares brasileiros (Brasil, 1988). O contexto de intensificação da fome no Brasil dentro dos últimos anos apresenta como marco o golpe jurídico, político e midiático que em 2016 colocou Michel Temer no cargo de presidente do Brasil. A partir disso, o governo neoliberal de Temer foi responsável por prorrogar e aumentar o percentual disponível para a Desvinculação de Receitas da União (DRU), realizar uma Reforma da Previdência com caráter totalmente antipopular e instituir o Novo Regime Fiscal, responsável por congelar as despesas primárias e, dessa forma, prejudicar as políticas sociais em setores como a educação, saúde e assistência em todo o Brasil por 20 anos (Rocha; Silva, 2022, p. 1500).

Ademais, os ataques à qualidade de vida da população brasileira continuam a partir do desgoverno de Jair Bolsonaro, 2019 a 2022, o qual realiza uma gestão inquestionavelmente genocida diante do negacionismo científico promovido durante todo seu governo, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar² (CONSEA)³ e a Reforma Trabalhista, a qual precariza o trabalho remoto e intensifica os processos de terceirização, sendo exemplo da continuidade dos ataques iniciados no governo Temer à classe trabalhadora (Bartolon, 2023 e Verdélio, 2023).

Todos esses fatores influenciam no aumento da fome em todo o país, e as consequências são evidenciadas a partir de inúmeras pesquisas. Em 2016, ano em que Temer se insere como presidente do Brasil após golpe e dois anos após o Brasil sair do Mapa da Fome⁴, o país inicia uma constante piora nos índices de fome devido ao desmonte generalizado de políticas sociais, o que culmina na em um retorno do país ao Mapa da Fome em 2022 (Brasil, 2023).

Para além disso, de acordo com relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI)”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e responsável pela elaboração do Mapa da Fome, em 2022 o Brasil vivenciava um cenário de 70,3 milhões de pessoas em uma situação onde, entre adultos, era preciso reduzir a quantidade de alimento consumida e/ou até mesmo romper com seus padrões de alimentação devido a falta de alimentos (*idem*).

Em 2023, com Lula em novo mandato na presidência do Brasil, a conjuntura política do país passa por mudanças e assim se concretizam significativas melhorias nos indicadores de fome no Brasil. A partir de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao comparar o ano de 2022 com o período de 2023, foi possível verificar o segundo melhor resultado já apresentado pela Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA), totalizando uma diminuição de 24,2 milhões entre os brasileiros em situação de fome (Craide, 2024).

² Segurança alimentar é o termo utilizado pela Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) para referenciar situações em que uma família/domicílio consegue, sem comprometer outras necessidades, acessar alimentos de modo regular, permanente e em qualidade e quantidades satisfatórias. O extremo oposto dessa situação é referenciado a partir do termo Insegurança Alimentar.

³ O CONSEA tem como objetivo construir e promover uma gestão democrática de políticas públicas para o combate à fome no Brasil (Vasconcelos, 2005).

⁴ Ferramenta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura que apresenta quantitativamente as pessoas que enfrentam a fome ao redor do mundo, publicado anualmente através do Relatório SOFI (Santos, 2023).

Porém, considerando os fatores apresentados inicialmente, a fome, enquanto expressão da questão social, se trata de um problema intrínseco das sociedades capitalistas. Sendo assim, as diminuições nos índices de fome e os aumentos na qualidade de vida da classe trabalhadora encontram limitações estruturais que impedem a completa superação dessas realidades e, desse modo, é crucial ratificar que o enfrentamento à fome, em uma perspectiva de erradicação, se trata de uma tarefa extremamente complexa, como será abordado adiante.

3. ENFRENTAMENTO DA FOME NO BRASIL

Diversas políticas sociais estão em vigor no Brasil com o objetivo de combater a fome em todo o país. Políticas sociais são, concomitantemente, resultantes e respostas em tom de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, sendo, muitas vezes, marcadas pela setorização e fragmentação em suas práticas (Behring; Boschetti, 2011). Ainda que imperfeitas, tais políticas, são louváveis frutos de um processo histórico de luta, com origem popular e marcado por movimentos como o Movimento Ética na Política, responsável por originar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Articulação Nacional de Agroecologia e Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

Desse modo, as políticas sociais são, de acordo com o entendimento crítico-dialético da realidade, uma das mais fortes ferramentas na luta contra as expressões da questão social e, ao mesmo tempo, instrumentos para a conciliação de classes completamente incapazes de viabilizar a superação da questão social quando realizada de maneira isolada. Ademais, ao considerar o caráter estrutural ocupado pela desigualdade nas sociedades capitalistas, torna-se evidente que as políticas sociais existentes no Brasil, em sua maioria, não possuem em sua base sequer uma reflexão sobre a raiz dos problemas alvos de seus objetivos, sendo, por isso, desqualificadas na missão de fomentar melhorias estruturais em nossa sociedade e erradicar problemáticas como a fome.

No momento atual o Brasil conta com um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) enquanto instrumento central para a execução da Polícia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a qual se realiza a partir de ações e programas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, a criação de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

equipamentos públicos como Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias (Brasil, s/d)⁵. Todas essas políticas representam significativas conquistas para melhorias na qualidade de vida da população brasileira, e é certo que essas ações e programas se estruturam em consequência da potência emanada pela luta popular, muitas inclusive, como as Cozinhas Comunitárias, se originam tendo como modelo as experiências realizadas pelos movimentos sociais, o que será abordado adiante nesse artigo. Entretanto, ainda assim, é fato que as diversas políticas sociais demonstram ser insuficientes para erradicar a fome em no país. Sobre essa contradição, Granemann (2020) realiza um importante apontamento:

As políticas sociais operadas no modo de produção capitalista, ainda que provisórias e reversíveis, como ensinou Karl Marx, são vitórias conquistadas por lutas políticas do trabalho contra a economia política do capital; mas, contraditoriamente, a conquista de um direito para a classe trabalhadora (ou para algum de seus estratos e frações) é, quase sempre e pela mesma ação, também um ganho para o capital (Granemann, 2020, p.53).

Entretanto, isso não significa que a solução para as problemáticas enfrentadas pela população brasileira seja a extinção das políticas sociais. Ao contrário, sem as políticas sociais os dados sobre a fome no Brasil seriam ainda mais preocupantes. Por isso, um efetivo enfrentamento às expressões da questão social não se constrói a partir de uma lógica marcada pela exclusão, e sim, em uma perspectiva de inclusão. Diante das limitações das políticas sociais, faz-se crucial incluir a luta popular, as reflexões e apontamentos realizados pelos movimentos sociais brasileiros no desenvolvimento e efetivação de propostas para o enfrentamento da fome no país.

A soberania alimentar, por exemplo, é uma proposta defendida por diversos movimentos sociais no Brasil e tem como marco em sua defesa a Declaração de Nyéléni⁶, a qual foi elaborada pela Via Campesina⁷. Assim, o conceito de soberania alimentar é definido como:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações.

⁵ Informações disponíveis em:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.

⁶A Declaração de Nyéléni é um documento elaborado em 2007 como consequência da participação popular no Foro Mundial da Soberania Alimentar realizado no Mali. A declaração pode ser lida integralmente no seguinte link: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>.

⁷ A Via Campesina é um movimento internacional que objetiva debater temáticas cruciais para as comunidades camponesas e lutar politicamente por direitos da população do campo, incluindo o direito à soberania alimentar (Ribeiro, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzimos os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações (Nyélény, 2007).

A soberania alimentar é um conceito que se origina na luta popular e eleva a luta contra a fome para um patamar crítico ao apresentar um objetivo que vai além da segurança alimentar, além da obtenção de alimentos. Tal conceito se diferencia ao apontar para uma luta por liberdade e autonomia na realidade concreta e propor um ataque à fome em sua raiz, baseado em um entendimento combativo sobre a sociabilidade construída no modo de produção capitalista e a importância de fortalecer propostas que visam a superação desse modelo societário.

[...] para além da segurança, os movimentos sociais, particularmente a Via Campesina, passa a reivindicar, na década de 1990, o direito à soberania alimentar – o poder da população existente nessa política pública de ter condições de produzir seus alimentos saudáveis, garantindo e tendo autonomia para as suas práticas e culturas alimentares (Conselho Federal de Serviço Social, 2023, p.02).

Com isso, através do diferencial proposto pelo conceito de soberania alimentar, torna-se inegável a importância dos movimentos sociais na elaboração de caminhos para o combate à fome. A luta por soberania alimentar, a qual necessariamente perpassa as reivindicações por uma reforma agrária popular, encara a fome no Brasil enquanto o problema centenário e estrutural que realmente é, conforme apontado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): “Sim, a fome no Brasil é atravessada pelo racismo constitutivo das relações sociais brasileiras que, por sua vez, também expropriou povos indígenas e tornou a terra uma mercadoria (CFESS, 2023, p. 01)”. Sendo assim, a fome é um problema profundo, que exige rompimentos com todas as opressões criadas e perpetuadas pelo sistema capitalista de produção e cujo combate deve obrigatoriamente incluir a perspectiva radical, em sentido marxista, ou seja, ir à raiz do problema, e, por isso, deve se beneficiar grandemente dos movimentos sociais populares.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS DE COMBATE À FOME

De acordo com a discussão apresentada anteriormente, o combate à fome deve ocorrer de modo a considerar as políticas sociais na composição de instrumentos para a luta contra a fome. Isto posto, é fundamental elaborar acerca da criação e concretização das políticas de combate à fome no Brasil, e o papel que os movimentos sociais populares podem desempenhar nesse processo.

Para além de potencializar o enfrentamento sobre a fome através do viés crítico embutido no conceito de soberania alimentar, a luta popular no Brasil é marcada por uma série de contribuições históricas na consolidação de políticas públicas com o objetivo de atender as demandas populares por direitos. Por exemplo, no campo para se enfrentar a fome, é necessário realizar uma profunda Reforma Agrária que inclua diferentes e diversas políticas sociais e estruturantes. A proposta de Reforma Agrária Popular apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a qual atualiza o conceito de reforma agrária inicialmente apresentado, ampliando os debates existentes nessa política pública sobre a concentração fundiária no Brasil, de modo a transcender as questões de direito à terra e incluir outras reivindicações de igual relevância.

A realidade impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária. Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito da reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária. Cada vez mais a luta pela reforma agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais (MST, 2021).

Para somar a isso, outro exemplo é a criação do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, o que ocorre a partir da lei 14.628/2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio, a qual institui o Programa e possibilita a manutenção e expansão de ações que antes vinham sendo desenvolvidas no Brasil a partir do trabalho de movimentos sociais. Em meio a Pandemia da Covid-19 o MST inicia em Pernambuco uma campanha intitulada “Campanha Mãos Solidárias” com o objetivo de preparar e socializar marmitas com ingredientes originados em movimentos da reforma agrária, propondo a construção de espaços para a solidariedade e formação política (Carlos, 2023; Sordi, 2022).

Com bons resultados, a Campanha iniciada pelo MST inspira outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores/as Sem-Teto (MTST), que expande a ideia inicial para os centros urbanos com a formação de hortas urbanas comunitárias, possibilitando o acesso a alimentos que posteriormente são utilizados nas Cozinhas Solidárias, espaço em que esses alimentos são tratados no preparo de marmitas para a distribuição entre a comunidade (MTST, s/d). Diante disso, o sancionamento da lei 14.628 simboliza um grande avanço no campo das políticas públicas de combate a fome, sendo um mérito da luta popular desde sua origem, com o Projeto de Lei 2920/23 apresentado pelo militante do MTST e atual Deputado Federal, Guilherme Boulos (MTST, 2024).

Mais um exemplo do poder dos movimentos sociais pode ser apreciado na análise do Programa Um Milhão de Cisternas, que surge em 2003 e tem como base de sua criação as reivindicações apresentadas pela sociedade civil que se organizou na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) durante o Fórum Paralelo da Sociedade Civil à COP3 (Articulação do Semiárido Brasileiro, 2023). O Programa objetiva implementar tecnologias sociais simples e de baixo custo que possibilitem o acesso à água para consumo humano, cultivo de alimentos e agropecuária para famílias rurais de baixa renda, sendo regulamentado a partir da lei nº 12.873/2013, pelo decreto nº 9.606/2018 e também por portarias e instruções normativas diversas (Brasil, s/d).

O Programa se consolidou no país e propiciou transformações na vida dos povos rurais em todo o semiárido, conferindo maior qualidade de vida para uma população historicamente marginalizada ao garantir uma convivência mais harmônica com as características secas da região e uma consequente melhora nos indicadores de fome no semiárido brasileiro.

À vista disso, fica explícito que organização popular e a solidariedade aliada a consciência de classes propicia o desenvolvimento de uma sociedade que combate a fome com políticas públicas que compreendem as necessidades concretas da população e a raiz dos problemas que enfrenta. Em suma, os movimentos sociais populares contribuem significativamente para a realização de políticas públicas que estão comprometidas com a democracia em seu significado original, defendendo a vida em seu sentido amplo, para além da sociabilidade baseada na exploração que é difundida pelo capital.

5. CONCLUSÃO

Nesse artigo, a fome é contextualizada enquanto expressão da questão social que permeia a sociabilidade humana dentro do modo de produção capitalista e, a partir dessa compreensão, é debatido o cenário de fome no Brasil, concluindo que os impactos do neoliberalismo na sociedade brasileira intensificam a desigualdade social e pioram os índices de fome entre brasileiros(as). Com isso, o caráter fundamentalmente desigual das sociedades capitalistas é explicitado, mas não se isenta os governos neoliberais instaurados no país da responsabilidade que carregam pela piora na qualidade de vida da população que vive do trabalho no Brasil, que se prejudica substancialmente a partir das gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, as quais se caracterizam pelo pleno compromisso com as necessidades da classe burguesa.

Ademais, considerando a urgência do combate à fome no Brasil nessa conjuntura, as políticas públicas com esse objetivo, ainda que dentro de suas limitações por estarem inseridas no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contexto de contradições do capital, são compreendidas para além de instrumentos de transformação social, sendo, antes de tudo, conquistas da sociedade civil politicamente organizada. Além disso, a sociedade civil, através dos movimentos sociais contribui enormemente para a ampliação do debate sobre a fome nas sociedades capitalistas, pontuando sua origem e expandindo qualitativamente as estratégias para sua erradicação.

Sendo assim, os movimentos sociais, com a análise crítica apresentada a partir da pauta da soberania alimentar e com os processos organização e conscientização sobre a sociabilidade capitalista, possibilitam a efetivação de políticas públicas em consonância com a realidade concreta e as requisições da classe trabalhadora, ocupando assim uma posição fundamental na luta contra as desigualdades e a fome no Brasil. Ademais, por essa razão, a defesa e o fortalecimento dos movimentos sociais populares é um elemento fundamental para a categoria profissional do Serviço Social, sendo, para assistentes sociais comprometidas(os) com o atual projeto ético político do Serviço Social brasileiro, um dever.

Em síntese, a argumentação apresentada apreende os movimentos sociais populares como essenciais para a sobrevivência e para a dignidade da classe explorada no Brasil, possibilitando ir além da resistência e assim pautar a consolidação de um projeto societário transformador, com uma ordem social verdadeiramente liberta de fome, dominação e exploração em todos os seus níveis, capaz de propiciar a vida em sua plenitude.

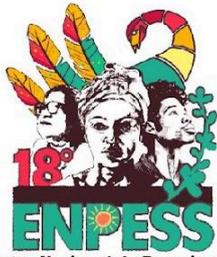
REFERÊNCIAS

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). **ASA celebra o maior programa de democratização da água e lança meta de universalização até 2026**. ASA Brasil, 14 de nov. de 2023. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11355. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo, Cortez editora, 9a. Ed., 2011.

BORTOLON, Eugênio. Reformas Trabalhistas de Temer e Bolsonaro não cumprem promessa de mais emprego. Brasil de Fato, Porto Alegre, 20 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/07/20/reformas-trabalhistas-de-temer-e-bolsonaro-nao-cumprem-promessa-de-mais-emprego>. Acesso em: 17 de mai. de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO. Governo do Brasil, 12 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-a-nos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Programa Cisternas. Ministério do Desenvolvimento Social, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. CFESS Manifesta 2023: Conferência de Segurança Alimentar. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2023-ConfSegurancaAlimentar-site.pdf>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

CRAIDE, Sabrina. Mais de 24 milhões de pessoas deixaram de passar fome no país. Agência Brasil, Brasília, 25 de abr. de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/mais-de-24-milhoes-de-pessoas-deixaram-d-e-passar-fome-no-pais>. Acesso em: 17 de mai. de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun 1995.

GRANEMANN, Sara. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 50-71, maio/ago. 2020.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo, Abril Cultural, 1982a.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis* N.3, ano 2 (Jan/Jun 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 (p. 41-49).

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: expressão popular, v. 2012, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NYÉLÉNI. Declaração de Nyéléni: Foro Mundial pela Soberania Alimentar. Nyéléni, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/declaracao-de-nyeleny-foro-mundial-pela-soberania-alimentar/>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

RIBEIRO, Leandro Nieves. Via Campesina, soberania alimentar e agroecologia. 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/download/via-campesina-soberania-alimentar-e-agroecologia/>. Acesso em: 24 de jul. de 2024.

SANTOS, Stephanie dos. **Entenda o que é o Mapa da Fome e quais são seus objetivos.** Politize, 14 de fev. de 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mapa-da-fome/>. Acesso em: 05 de mai. de 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; ROCHA, M. A. B.. **Ajuste fiscal e pandemia: implicações da austeridade neoliberal no agravamento da pobreza e da desigualdade social no Rio Grande do Norte.** In: VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES), 2022, Crateús/CE. Anais do VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES). Crateús/CE: URCA, 2022. v. 1. p. 1-15.

SOUZA, A. L. de, & Schneider, S. . (2022). **Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos.** Retratos De Assentamentos, 25(2), 266-299. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/497/458>. Acesso em: 26 de jul. de 2024.

VASCONCELOS, Francisco. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, 18(4):439-457, jul./ago., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>. Acesso em: 05 de mai. de 2024.

VERDÉLIO, Andreia. Governo reinstala Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Agência Brasil**, Brasília, 28 de fev. de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-02/governo-reinstala-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar#:~:text=Criado%20em%201993%20pelo%20ent%C3%A3o.gest%C3%A3o%20de%20Fernando%20Henrique%20Cardoso>. Acesso em: 02 de mar. de 2024.